

# SANTA CRUZ DA ILHA GRACIOSA (1799-1850) população, grupos familiares e profissões

por  
Paulo Lopes Matos\*

## Introdução

Escreveu Frei Diogo das Chagas que a ilha Graciosa era “pequena na quantidade” mas “muito grandiosa na qualidade, porque dentro em seu pequeno distrito tem quatro freguesias”<sup>1</sup>. Com efeito, com uma superfície de 61,17 km<sup>2</sup>, a sua população distribuía-se por quatro freguesias integradas em dois concelhos: o de Santa Cruz e o da Praia. A vila de Santa Cruz que, conjuntamente com Guadalupe, constituía o maior concelho da ilha, ocupando uma área de c. de 16 km<sup>2</sup>.

Como se sabe, são escassos os estudos sobre esta ilha, não obstante o reconhecimento da sua importância económica ao longo de séculos, sobretudo motivada pela abundância do trigo. O desaparecimento dos seus arquivos municipais terá sido, de algum modo, desmotivador desses estudos, embora outras fontes se mostrem de grande riqueza, como é o caso - entre outras - dos *róis de confessados*.

No entanto, a riqueza informativa deste tipo de fontes revela-se insuficiente para fundamentar um estudo cronologicamente mais vasto.

---

\* Instituto Superior de Educação e Ciências (Lisboa).

<sup>1</sup> Frei Diogo da Chagas, *Espelho Cristalino em Jardim de Várias Flores*, direcção e prefácio de Artur Teodoro de Matos, colaboração de Avelino de Freitas de Meneses e Vítor Luís Gaspar Rodrigues, s. l. Secretaria Regional da Educação e Cultura e Universidade dos Açores, 1989, p. 463.

Neste sentido procedeu-se a um tratamento estatístico de todos os mapas populacionais disponíveis sobre a freguesia de Santa Cruz, mas também de toda a ilha. Os registos paroquiais foram igualmente utilizados, mas apenas como complemento a estas duas fontes enumeradas, já que a sua análise se restringiu aos anos de 1838 e 1839.

A utilização simultânea de diversas fontes não se revela fácil, sobretudo quando algumas delas provêm de entidades diversas, o que presunõe, várias vezes, intuítos não coincidentes na sua produção. Referimo-nos mais concretamente aos mapas populacionais, existentes nos núcleos da *Capitania-geral* e *Governo Civil* da Biblioteca Pública e Arquivo de Angra do Heroísmo e nas informações disponíveis em monografias sobre a ilha em apreço. Assim, quanto a nós, o presente estudo também poderá ser considerado de algum modo como um ensaio metodológico sobre as fontes disponíveis (ver anexo 1 – Fontes e metodologia).

\*

Num primeiro ponto são abordadas as estruturas populacionais da freguesia, sob um prisma longitudinal, mas também transversal sempre que as fontes o permitam. Após a evolução populacional da freguesia e ilha, analisa-se a distribuição etária, as relações de masculinidade e os índices-resumo.

Os comportamentos micro-analíticos correspondem *grosso modo* à natalidade e suas ‘sub-variáveis’, mortalidade e movimentos migratórios. Daremos um maior destaque à natalidade, estudando-se com algum detalhe a fecundidade legítima e ilegítima. A nupcialidade enriquecida com os registos paroquiais e róis de confissão, permite o conhecimento da idade média ao primeiro casamento por grupos e o matrimónio entre os legítimos e os bastardos, isto é, as estratégias sociais na reprodução dos seus grupos.

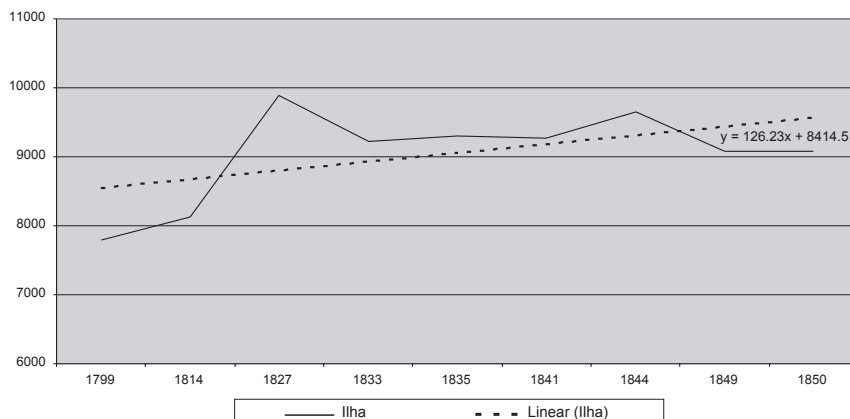
Numa segunda parte ocupamo-nos dos róis da confissão, quer da zona urbana quer da rural, tendo presente a sua configuração doméstica, mas também a sua especificidade segundo as profissões. A ilegitimidade, realidade incontornável nesta freguesia, mereceu algum destaque, tanto pelas repercussões na estruturação dos grupos domésticos, como a nível do seu tratamento metodológico. Por esse motivo, iniciamos a análise familiar por este fenómeno tão complexo e, por isso, tão difícil de caracterizar.

## 1- As estruturas populacionais

*Quadro 1 – Evolução dos efectivos (1799-1850)*

Anos	Ilha	Concelho	Gualdalupe	S. Cruz
1799	7794	4825	2153	2672
1814	8130	4709	2177	2532
1827	9881	6022	2646	3376
1833	9224	5429	2706	2723
1835	9306	5680	2722	2958
1839	—	5337	2690	2647
1841	9263	5617	2909	2708
1844	9657	5840	3032	2808
1849	9075	5367	2770	2597
1850	9081	5391	2827	2564

*Gráfico 1 – Evolução dos efectivos da ilha Graciosa (1799-1850)*

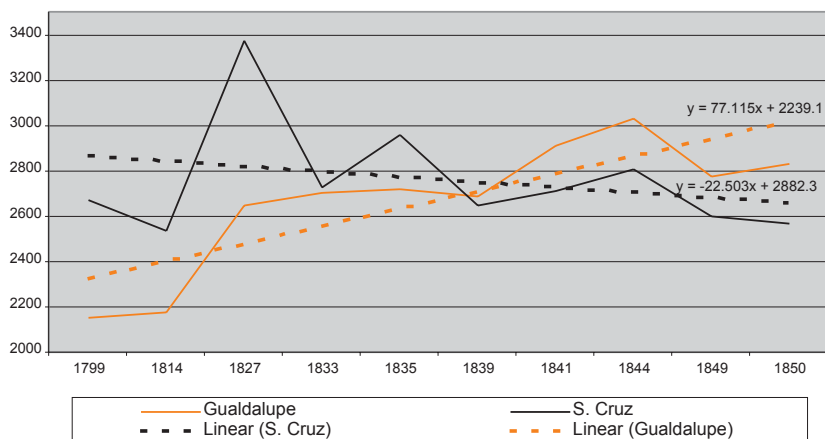


Durante o período compreendido entre 1799 e 1850 a ilha Graciosa registou um aumento de 1287 efectivos, correspondente a um acréscimo de 16,5% à data do primeiro mapa populacional. No entanto, a taxa de cresci-

mento anual médio<sup>2</sup> – 0,3%, denota um incremento lento. A série mostra-nos que este, para além de lento, é desigual: existe uma subida vertiginosa no primeiro quartel do século (c. 26%), para, em seguida iniciar um movimento de declínio, estabilizando, depois, a partir de 1833 com ligeiras oscilações.

Dentro deste panorama como terá evoluído a população do concelho de Santa Cruz e, mais particularmente na freguesia em apreço?

*Gráfico 2 – Evolução dos efectivos no concelho de Santa Cruz (1799-1850)*



Durante a primeira metade de Oitocentos as duas freguesias que compõem o concelho de Santa Cruz, apresentam uma evolução de efectivos quase oposta, não obstante se verificarem algumas tendências semelhantes em determinados anos.

A freguesia de Santa Cruz, sede de concelho, regista uma evolução negativa (-4,05%), mas esse movimento foi pouco linear. Tal como a ilha, esta freguesia sofre um acréscimo no primeiro quartel do século (23,6%), para, em seguida, entrar em rápido declínio até 1839<sup>3</sup>, data a partir da qual se retoma lentamente o crescimento, mas de forma efémera.

<sup>2</sup> T.C.A.M. corresponde a  $\log (P_n/P_0) = n \log 1+a$ , sendo:  $P_n$  – população no último ano,  $P_0$  – população no ano inicial e  $n$  – número de anos observados.

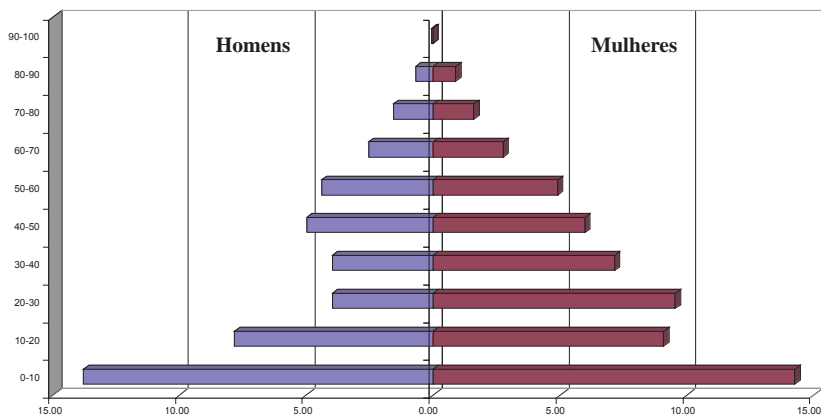
<sup>3</sup> Em 1839 a população desta freguesia repartia-se em 1201 habitantes da vila distribuídos por 323 fogos e em 1446 habitantes do termo rural que compunham 384 fogos. O índice de concentração nos dois espaços era bastante similar: 3,72 na vila e 3,76 no campo.

A evolução dos efectivos de Guadalupe denota tendências semelhantes à de Santa Cruz, embora o seu crescimento tenha sido deveras acelerado (c. 31,3%). Isto significa que a freguesia tirou muito mais partido nos anos de incremento populacional (1799-1827), ao mesmo tempo que não conheceu a «sangria» de gentes entre 1827 e 1839. A partir desta data, Guadalupe impõe-se como a freguesia mais populosa da ilha, continuando, porém, a registar uma correlação positiva face a Santa Cruz.

Apesar das diferenças enumeradas existem claras semelhanças entre as duas freguesias e a ilha tomada no seu todo. Assim podemos estabelecer três períodos relativamente comuns: 1799 a 1827 – caracterizado por um rápido crescimento global; 1827 a 1839 – crescimento nulo ou negativo no caso de Santa Cruz e ilha, ligeiramente positivo em Guadalupe e, por fim, 1839 a 1850 durante o qual a população regista uma tendência ascendente até 1844, para em seguida declinar até 1850.

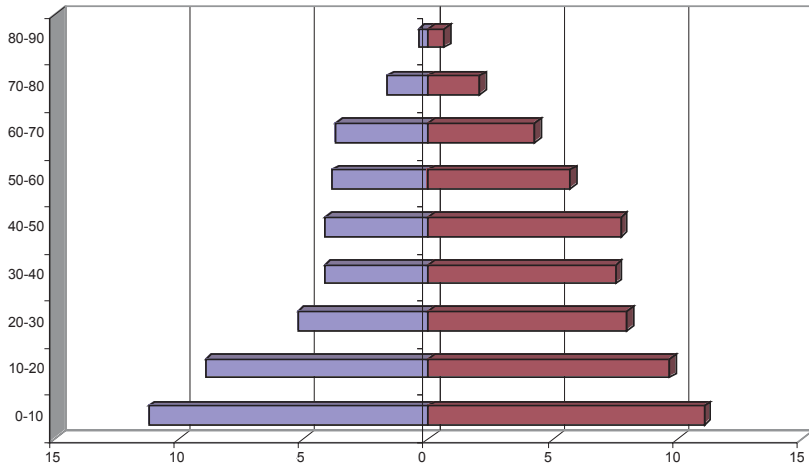
Durante estes 51 anos caracterizados por um crescimento lento e desigual da população de Santa Cruz, como se terão repercutido as suas estruturas etárias? Observemos as seguintes pirâmides<sup>4</sup>.

*Pirâmide etária da freguesia de Santa Cruz (1799)*

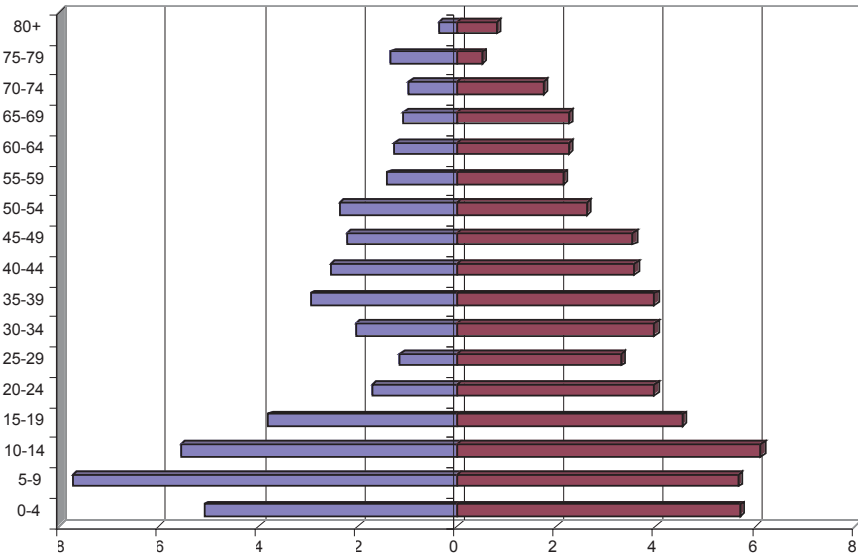


<sup>4</sup> Representam-se os homens à esquerda e as mulheres à direita. Os valores são expressos em percentagem.

*Pirâmide etária da freguesia de Santa Cruz (1814)*



*Pirâmide etária da freguesia de Santa Cruz (1839)<sup>5</sup>*



<sup>5</sup> Esta pirâmide inclui a parte urbana e rural, já que as suas diferenças são pouco relevantes. Em anexo apresentamos o quadro de efectivos de ambas as partes.

As pirâmides etárias de 1799 e 1814 são de tipo decenal, pois as fontes de que dispomos agrupam os efectivos por escalões com este intervalo. A de 1839 foi elaborada com base no rol de confessados, tanto da parte urbana como rural. A notória escassez de indivíduos no escalão 0-4, face ao subsequente, fica a dever-se às limitações desta fonte no que respeita aos menores de um ano e não a uma súbita quebra na natalidade.

Apesar das diferenças, as pirâmides mostram-nos realidades quase estruturais ao longo deste período: base alargada típica de um fraco controle de natalidade, efeitos claros da emigração masculina e um lento envelhecimento da população.

Em 1799 a base é extraordinariamente elevada, mas os fortes coeficientes de mortalidade fazem com que o universo de indivíduos entre os 10 e os 20 anos seja bastante inferior. As marcas da emigração masculina são bem visíveis nos homens entre os 20-30 anos – R.M. 41,6% e 30-40 anos – R.M. 55,4%. Com efeito, as gerações masculinas nascidas nas décadas de 1770 e 1780 parecem terem resolvido os seus problemas económicos por via da emigração.

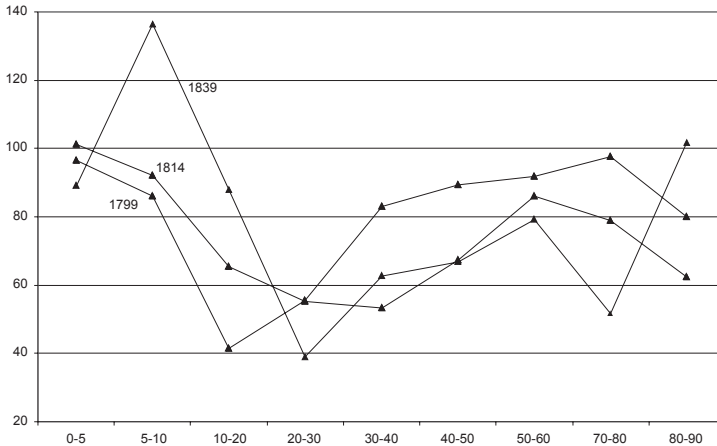
Quinze anos depois a estrutura etária da freguesia apresenta as mesmas tendências mas é notório um maior envelhecimento da população, quer pela menor proporção dos efectivos até aos 10 anos, como pelo maior peso dos idosos (60+). A emigração masculina manifesta-se forte, com uma R.M. na ordem dos 50% nos grupos etários masculinos entre os 20 e os 40 anos, mas os efeitos da emigração de indivíduos nascidos nas décadas de 1770 e 1780 continuam a ser visíveis.

Em 1839 a tendência para o envelhecimento da população está bem presente nas idades mais avançadas e a emigração masculina continua a ser uma característica bem evidenciada na vila. Os indivíduos compreendidos entre os 20 e os 30 (geração de 1810) apresentam uma R.M. muito baixa: por cada 100 mulheres apenas existem 39 homens. Na parte urbana, a escassez de homens entre os 25 e os 29 anos é ainda maior: 20 homens para cada 100 mulheres. Semelhantes desproporções trarão consequências visíveis a nível do mercado matrimonial, como se verá.

Ao longo desta meia centúria a emigração masculina foi, efectivamente, um dos factos que marcou a população de Santa Cruz. A R.M. global manteve-se nos 77% entre 1799 e 1839, chegando a descer aos 72% em 1849. O gráfico 3 mostra que, durante as três observações, o número

de homens relativamente ao sexo oposto apenas foi positivo em 1839 e nos escalões 5-10 e 80-90, facto perfeitamente aceitável.

*Gráfico 3 – Relações de masculinidade por grupos etários (%)*



*Quadro 2 - Índices-resumo (1799-1849)*

DESIGNAÇÃO	Anos		
	1799	1814	1849
Jovens (0-14)	36.2	31.4	33.8
População activa (15-59)	53.6	55.9	53.1
Idosos (60+)	10.1	12.6	13.0
Índice de vitalidade (Idosos/Jovens)	27.9	40.1	38.5
Índice de dependência total (J+I/P. activa)	86.6	78.9	88.3

Nos quatro anos em análise a população activa é maioritária (c.54%), apesar dos efeitos da emigração masculina. As maiores alterações relacionam-se com as proporções de jovens e idosos a partir de 1814. Com efeito, a população de Santa Cruz no decurso destes anos, tornar-se-á mais idosa, face ao efeito concertado da diminuição de jovens e aumento de velhos. Assim, o índice de vitalidade sofre um incremento de 1799 para 1814 para, entre 1839 e 1849, subir ainda mais. Se em 1799 existem 30 idosos por cada 100 jovens, em 1849 surgem 45 idosos para cada 100 jovens. O envelhecimento populacional no decurso da primeira metade do século XIX é uma realidade.

Apesar da perda de vitalidade, encontramos uma população activa maioritária e o índice de dependência total indica que o número conjunto de idosos e jovens é sempre inferior ao número de activos, o que indica estabilidade da mão-de-obra.

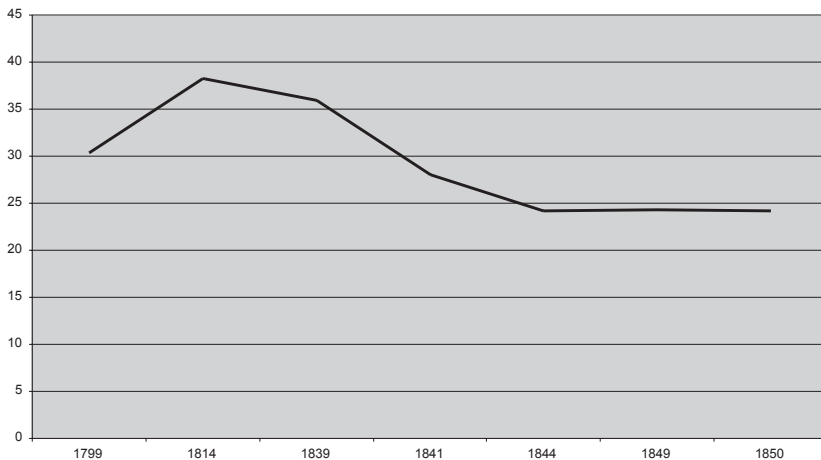
## 2 – Os comportamentos demográficos

### Natalidade

A natalidade constitui uma das variáveis micro-demográficas mais difíceis de caracterizar na medida em que incorpora uma componente teórica, susceptível de ser medida com rigor, mas também aspectos sociais como a nupcialidade e a ilegitimidade, que variam de sociedade para sociedade e, por essa razão, compreendem uma análise sociológica. Pelo contrário, a mortalidade, resulta de efeitos naturais, como a debilidade dos organismos, subnutrição, doenças e variações climatéricas, pouco controláveis pelo homem durante a época em estudo.

De acordo com os anos em que dispomos de elementos a taxa bruta de natalidade (T.B.N.), regista uma tendência de baixa, embora o universo em estudo seja muito reduzido e, por isso, insuficiente para conclusões seguras.

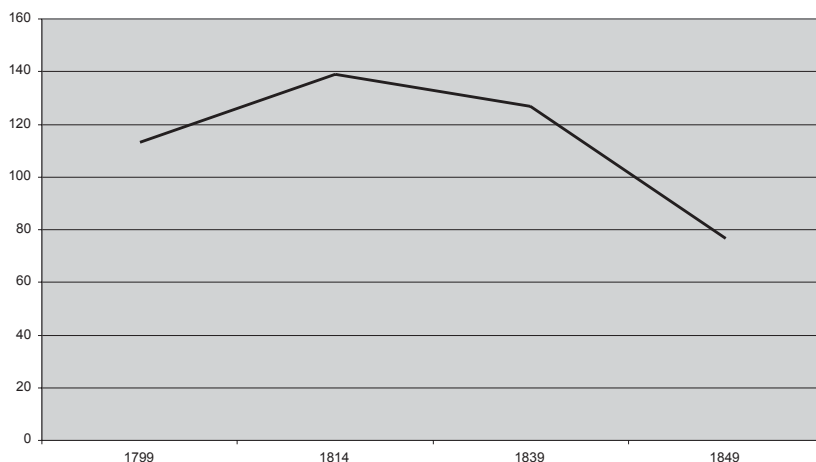
*Gráfico 4 - Taxas brutas de natalidade (‰)*



Durante 1799 e 1850 a T.B.N. apresenta um valor médio de 29,3 ‰ normal para a época em estudo. A série evidencia uma descida rápida deste indicador a partir de 1814. Se neste ano e em 1839 a T.B.N. rondava os 36%, no final da década de 1840 havia baixado para 24%, uma quebra considerável num curto espaço de tempo.

A fecundidade apresenta-se como um indicador muito mais seguro, na medida em que isola os efeitos de estrutura, isto é, relaciona os nascimentos com a população feminina em idade fértil. Através do gráfico 5, verificamos que existe, efectivamente, uma baixa da taxa de fecundidade geral, o que confirma a baixa da T.B.N.

*Gráfico 5 - Taxas de fecundidade geral (‰)*



Em 1799 a T.F.G. atingiu os 113‰, aumentando para 139‰ em 1814. À partida a T.F.G. neste último ano deve-se ao incremento populacional iniciado nesse ano (cf. Gráfico 2), sendo de admitir que o período entre 1814 a 1827 tenha registado valores ainda mais elevados. A baixa deste indicador é bastante visível a partir de 1839, altura em que a população também decresce. De facto, de 1839 a 1849 a T.F.G. sofre uma quebra de 50‰, descida extremamente acentuada, como já havíamos constatado no gráfico anterior.

Sintetizando os gráficos 4 e 5, a população de Santa Cruz reduz os seus níveis de fecundidade ao longo da segunda metade do século XIX,

especialmente a partir da década de 1840, simultaneamente com a redução progressiva de efectivos.

\*

Uma das componentes da sociedade de Santa Cruz relaciona-se com os seus altos níveis de ilegitimidade. Em finais da década de 1839, o índice de ilegitimidade rondava os 23%, isto é, por cada 100 nascimentos 23 eram bastardos<sup>6</sup>. No presente estágio de investigação não nos é possível analisar as causas sociais, económicas e até demográficas deste fenómeno. Limitarmo-nos-emos a descrevê-lo mediante as fontes disponíveis.

O índice de ilegitimidade mostra que esta é elevada, embora seja um indicador grosseiro, na medida em que não relaciona os nascimentos ilegítimos com a população não casada em idade fértil. Por este motivo torna-se necessário aferir a taxa de fecundidade ilegítima, indicador mais rigoroso e, por isso, mais propício a comparações.

Em 1838-39 a T.F.G. rondava os 127‰, resultante de 90 nascimentos numa população feminina em idade fértil (15-49 anos) de 704 mulheres<sup>7</sup>. A desproporção entre estados civis é grande, verificando-se que das 704 mulheres em período fértil, 421 são solteiras e viúvas. Tendo presente que estas geraram 21 filhos bastardos, a taxa de fecundidade ilegítima (T.F.I.) atingiu os 49,8‰, isto é, 50 nascimentos ilegítimos por cada 1000 mulheres não casadas. Apesar deste índice ser elevado, verificamos que a T.F.I. fica muito aquém da T.F.G., situação gerada pela desigual distribuição de mulheres em período fértil por estados civis<sup>8</sup>.

---

<sup>6</sup> Segundo os registos paroquiais de 1838 e 1839 nasceram 180 crianças, das quais 42 eram ilegítimas. Em 1841, este indicador cifrou-se nos 26,5%, enquanto a totalidade da ilha apresentava um valor inferior – 17,7%. Cf. o nosso estudo «Emigração, Níveis de Riqueza e Mães Solteiras: A Ilegitimidade na Freguesia da Ribeira Seca da Ilha de São Jorge (1850-1892)» in *Arquipélago. Ciências Sociais*, nº 11-12, Ponta Delgada, 1998, p. 541.

<sup>7</sup> A distribuição das mulheres em idade fértil entre a parte rural e urbana é muito homogénea e, por essa razão estes indicadores não sofrem grandes oscilações dentro destes espaços.

<sup>8</sup> De facto a T.F.I. é um indicador mais seguro para se efectuarem comparações. A freguesia da Ribeira Seca da ilha de São Jorge apresentava um índice de ilegitimidade de 24,4 na década de 1870, sendo a sua T.F.I. de 34,2% (Paulo Lopes Matos, *art. cit.*, pp.544-545) Consta-se assim, que a freguesia de Santa Cruz, com um índice de ilegitimidade ligeiramente inferior (23%), apresentava uma T.F.I. mais elevada – 49,8‰.

Tendo presente os registos de baptismo da freguesia é possível conhecermos algo mais sobre este fenómeno: a reincidência, o estado civil das mães e a sua naturalidade.

Contabilizámos 42 nascimentos ilegítimos entre 1838 e 1839, 4 dos quais foram expostos. Dos restantes 38, 12, (32%) respeitam a situações em que a avó materna era também solteira. Se na maioria dos casos a progenitora é filha legítima, não devemos esquecer que existe uma clara reincidência do fenómeno, o qual, por sua vez, seria apreciável no decurso do século XVIII.

A esmagadora maioria das progenitoras são solteiras (89,5%), registando-se ainda a presença de 3 mulheres viúvas (7,9%) e apenas de uma casada<sup>9</sup>. Quase todas estas mães são naturais da freguesia (32), registando-se ainda duas de Guadalupe e uma da Praia, sendo três progenitoras oriundas de outras ilhas: Faial, São Jorge e Santa Maria.

Desconhecemos a profissão exacta destas mães. Em alguns casos consta no registo paroquial que «vive de seu quotidiano trabalho», o que vem reforçar a ideia de uma ilegitimidade ligada a magros recursos económicos: poderiam ser criadas ou tecedeiras, cultivar alguma terra própria ou, eventualmente, trabalharem à jorna. Vejamos, então quais as profissões de seus pais, nos casos em que não existe reincidência no fenómeno.

*Quadro nº 3 - Profissões dos avós maternos dos ilegítimos*

<b>Profissão</b>	<b>Nº</b>	<b>%</b>
Alferes	1	7.7
Cabouqueiro	1	7.7
Carpinteiro	2	15.4
Marítimo	2	15.4
Tanoeiro	1	7.7
Trabalhador	6	46.2

Segundo o quadro 3, a maioria dos avós maternos exerce profissões modestas como é o caso dos trabalhadores e marítimos que, conjuntamente ascendem a 62%. O peso dos artífices não deixa de

<sup>9</sup> O seu marido encontrava-se ausente da ilha.

ser apreciável com uma proporção de 31%, os quais poderão pertencer a uma classe já com alguns recursos. Por último nota-se a presença de um alferes, que poderá ser um lavrador nomeado para esse cargo e, portanto, pertencente à elite municipal. Através da análise deste quadro ficamos com a impressão de que a maioria das mães solteiras provém de estratos sociais relativamente baixos em termos económicos.

Registe-se, ainda, a ocorrência de uma legitimação. Guilherme nasceu em 1 de Maio de 1839, filho de Maria Carlota, «mulher livre», oriunda da ilha do Faial e assistente em casa de Mateus Bernardo, «homem negociante» residente na Rua das Flores. No registo de baptismo consta que é filho de «pay não sabido», mas na margem do termo, foi depois acrescentada a seguinte informação:

«He este Guilherme filho de Mateus Bernardo de Vasconcelos, homem solteiro e de Maria Carlota tambem solteira que declararão por virtude de hum requerimento despachado em 4 de de Outubro de 1842 [...] em que reconhecem o sobredito Guilherme por seu filho [...]»<sup>10</sup>.

#### A nupcialidade

Através da nupcialidade, uma das componentes da fecundidade, é possível aferir muitos dos comportamentos sociais, como a idade média ao primeiro casamento, diferenciando-se, ainda, os grupos sociais e a «dinâmica da ilegitimidade» no que respeita à reprodução social. Observemos o quadro 4.

---

<sup>10</sup> Biblioteca Pública e Arquivo de Angra do Heroísmo (B.P.A.A.H.), Registos paroquiais, *Livro de baptismos da Matriz da Vila de Santa Cruz da Graciosa* nº 13, registo nº 53 (1/05/1839), fl. 157.

*Quadro 4 - Matrimónios na freguesia de Santa Cruz (1838/39)*

Homem				Mulher		
Profissão	Idade	E. Civil	Filiação	Idade	E. Civil	Filiação
Lavrador	32	S	L	18	S	L
Lavrador	26	S	L	19	S	Ileg. (1)
Lavrador	21	S	L	43	S	L
Lavrador	20	S	L	24	S	L
Lavrador	38	S	L	22	S	L
Marítimo	20	S	Ileg.	14	S	Ileg.
Negociante	41	S	L	52	S	L
Proprietário	20	S	L	22	S	Ileg. (2)
Proprietário	42	V	L	50	S	L
Proprietário	22	S	L	19	S	Ileg. (2)
Proprietário		S	L		S	Ileg. (1)
Sapateiro	18	S	Ileg.	20	S	Ileg.
Sapateiro	22	S	Ileg.	17	S	L
Trabalhador	24	S	L	18	S	L
Trabalhador	24	S	L	19	S	L
Trabalhador	22	S	L	14	S	Ileg.
Trabalhador	37	S	L	23	S	L
Trabalhador	63	V	L	33	S	L
Trabalhador	20	S	L	22	S	L
Trabalhador	23	S	L	22	S	L
Trabalhador	22	S	L	22	S	L
Trabalhador	42	S	L	38	S	L
Trabalhador	42	V	L	30	S	Ileg.
Trabalhador	20	S	L	19	S	L
Trabalhador	25	S	Ileg.	24	S	L
Trabalhador	26	S	Ileg.	21	S	Ileg.
Trabalhador	36	S	L	18	S	L

(1) - A filha é ilegítima mas consta o nome do pai

(2) - A mãe solteira da nubente tem o título de Dona e é proprietária

Tomando em conta apenas dois anos, verifica-se que a idade média ao primeiro casamento é de 26,1 anos para o sexo masculino e de 23 anos

para o sexo oposto. O que se passa em relação aos grupos sócio-económicos? O escasso universo em estudo não permite atingir conclusões seguras, especialmente no caso dos marítimos (1) e dos artífices (2).

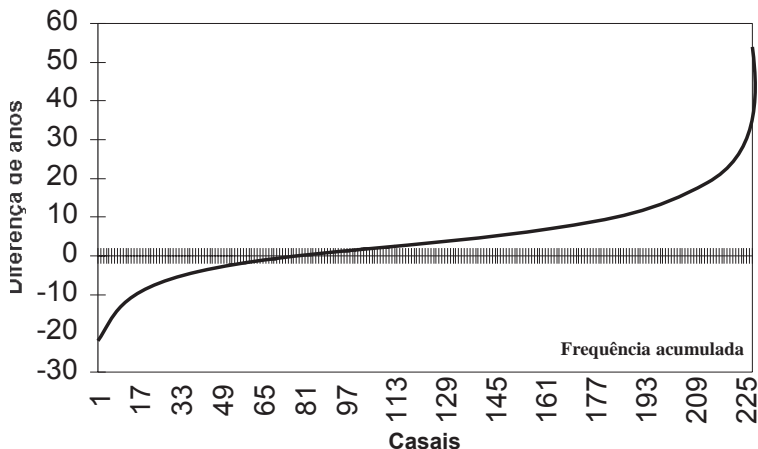
Os lavradores são aqueles a casar mais tardiamente (27,4 anos), possivelmente pelo sistema de heranças, onde, várias vezes os indivíduos constituíam família após a morte do pai. Os trabalhadores, quiçá uma designação para jornaleiros, casariam um pouco mais cedo (26,7 anos), uma vez que poderiam ir acumulando um pecúlio, mesmo que a morte dos pais pudesse ser determinante para a formação de um novo lar. No extremo oposto vamos encontrar os proprietários com uma idade ao primeiro casamento deveras reduzida – 21 anos. O facto de possuírem terras viabilizava um casamento mais precoce por serem filhos de proprietários, o que facilitaria a constituição de um novo fogo. Mas, como frisámos, a escassez do universo solicita reserva nestas interpretações.

Analisando ainda o quadro 4 é possível verificar como funcionava a dinâmica matrimonial dos ilegítimos. Parece existir um determinado «código» nos casamentos em que um dos nubentes é bastardo, na medida em que estes se hierarquizam segundo duas premissas: o título e riqueza da mãe da nubente e pela paternidade ser conhecida na sociedade, a questão da «honra». Por este motivo um proprietário não se casa com uma bastarda filha de uma mulher que vivia de «seu quotidiano trabalho», desconhecendo-se também o nome do parceiro. Mas se essa ilegítima fosse filha de uma proprietária com o título de «dona», a questão tornava-se diferente. O mesmo não acontecia certamente com os trabalhadores. Estes viam-se forçados a escolher ilegítimas cujas mães não eram «donas» nem declaravam o progenitor no registo de baptismo.

\*

Por último resta analisar a diferença de anos entre os dois cônjuges no ano de 1839, data em que dispomos de uma relação completa dos habitantes. Apesar da idade média ao primeiro casamento diferir nos sexos em 3 anos, isto não significa que todos os casais residentes apresentem esta diferença. Bem pelo contrário. Os efeitos da emigração e da ilegitimidade obstaram a que os nubentes fossem sempre do mesmo patamar etário. É frequente encontrarmos homens com mais de 20 anos de diferença face às mulheres e vice-versa como indica o gráfico 6.

Gráfico 6 - Média móvel da diferença etária nos casais

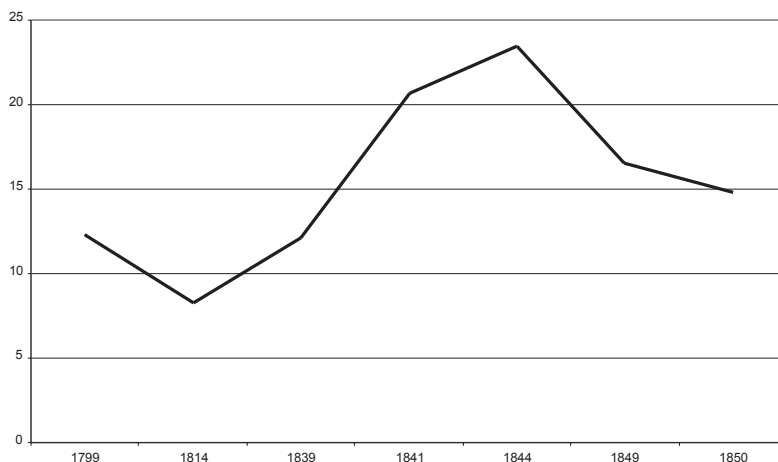


Em 238 casais residentes em 1839, 38% respeitam a situações em que o homem é mais novo, sendo a idade média de 5,7 anos. A restante parte (62%) pertence a famílias em que o homem é mais velho do que a mulher, sendo a média de 9,4 anos— significativamente superior à dos homens mais novos. Globalmente a idade média cifra-se nos 4,13 anos, valor próximo da diferença da idade média ao primeiro casamento, mas, consoante mostra o gráfico, essa distribuição é muito desuniforme.

### Mortalidade

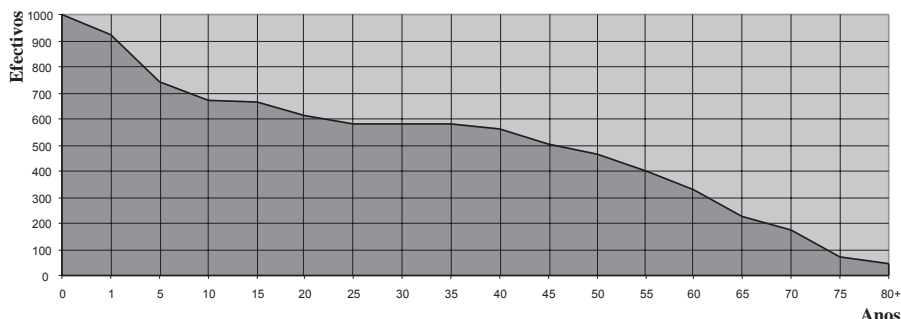
A curva da taxa bruta de mortalidade regista uma oscilação entre os 8,2‰ e os 23,5‰, amplitude muito elevada, mas própria de um universo muito reduzido. Verificamos que a T.B.M. iniciou uma fase de incremento entre 1839 a 1844, reduzindo progressivamente até 1850. De um modo global, o valor médio da série centra-se nos 15,5‰, cifra muito baixa quando comparamos com a realidade do continente português<sup>11</sup>.

<sup>11</sup> Sobre este assunto consulte-se a obra de Mário Leston Bandeira, *Demografia e Modernidade. Família e Transição Demográfica em Portugal*, Lisboa, INCM, 1996. Segundo o autor a T.B.M. do Continente 20,34‰ era ainda superior à desta freguesia em 1900.

*Gráfico 7 – Taxas brutas de mortalidade (1799-1850) (‰)*

Tendo presente que o valor médio da natalidade durante este período se ficou pelos 29,3‰ e a mortalidade pelos 15,5‰, verificamos que o saldo fisiológico é amplamente positivo e, por essa razão a freguesia via-se forçada a escoar o seu excedente populacional por meio da emigração. As pirâmides etárias de 1799, 1814 e 1839 confirmam esta realidade.

Novamente a T.B.M. se revela insuficiente para caracterizar esta variável, na medida em que não isola os efeitos da estrutura populacional. De acordo com a tábua de mortalidade que efectuámos para o ano de 1839 (cf. anexo 5), uma criança teria em média 38,2 anos de vida; se completasse um ano poderia viver até aos 40,5 anos e se atingisse os 5 anos as suas probabilidades de sobrevivência eram ainda maiores – 46,2 anos. Na realidade as taxas de mortalidade infantil e juvenil detinham um peso importante no total de mortes (c. 35,3%). Podemos constatar essa realidade através do gráfico 8 que indica a evolução dos sobreviventes a partir de um universo de 1000 nascimentos. Após um ano a sociedade sofria uma perda de 80 indivíduos e, quatro anos depois já haviam falecido outros 180 elementos, graças à elevada taxa de mortalidade juvenil.

Gráfico 8 - *Evolução dos sobreviventes (1839) – Função Lx*

### 3- As estruturas familiares

A demografia reveste-se de particular importância na caracterização social, mas necessita de conhecer a estruturação familiar dessa comunidade. Só assim é possível indagar dos comportamentos familiares e seus ciclos de vida, bem como a diferenciação dos vários estratos sociais.

#### *As configurações ilegítimas*

Como referimos anteriormente, a ilegitimidade assume proporções altas nesta sociedade o que vai gerar repercussões na sua estrutura doméstica. A maior parte dos bastardos é aceite pela sociedade e por isso esta engloba diversos fogos com ilegítimos. Estes não são todos iguais: se por um lado vários são constituídos por mães solteiras a residir com os filhos, outros são formados por um núcleo conjugal, filhos solteiros e netos ilegítimos, para enumerarmos as situações com maior relevância estatística.

A tipologia dos agregados domésticos mais utilizada tem sido a de Peter Laslett<sup>12</sup>, criada na década de 1980, onde o «núcleo conjugal» cons-

<sup>12</sup> Designaremos indiferente a tipologia de Peter Laslett ou de Cambridge.

títui o seu princípio estruturante. Embora reconhecamos o seu mérito, estamos cientes de que esta tipologia não contempla situações de ilegitimidade, pelo que numa primeira fase utilizaremos uma hipótese criada recentemente por nós para uma freguesia açoriana com similares proporções de ilegitimidade<sup>13</sup>. Analisemos os resultados nas partes urbana e rural:

*Quadro 5 - Configurações familiares ilegítimas (1839)*

DESIGNAÇÃO	Vila		Campo	
	Fogos	%	Fogos	%
<b>6-Configurações familiares ilegítimas</b>	<b>41</b>	<b>13,0</b>	<b>46</b>	<b>12,0</b>
<i>Sem núcleo conjugal</i>	34	10,8	26	6,8
6a - Mães solteiras	20	6,3	1	0,3
6b - Pais solteiros	1	0,3	1	0,3
6c - Irmãos c/ alarg. descendente ilegítimo	4	1,3	3	0,8
6d - Avós solteiras c/ filhos solteiros e netos	9	2,9	2	0,5
<i>Agregados alargados</i>	7	2,3	20	5,2
6 e 1 - Família alargada com descendência	3	1,0	7	1,8
6 e 2 - Família alargada incomp. c/ descendência	4	1,3	13	3,4
6f - Outras combinações (agreg. alargados)	0	0,0	0	0,0
<b>Total de fogos (parte urbana + rural)</b>	<b>315</b>	<b>-</b>	<b>384</b>	<b>-</b>

Em 1839 deparamos com 87 fogos com situações de ilegitimidade, que se repartem uniformemente entre o espaço urbano (13% do total de fogos) e o espaço rural (12%). As principais diferenças ficam a dever-se à desigualdade entre as configurações «sem núcleo conjugal» e os «agregados alargados».

<sup>13</sup> Cf. «Emigração, níveis de riqueza e mães solteiras [...]», pp. 559-565 e «A Ribeira Seca da Ilha de São Jorge (1839-1892). Estruturas sócio-demográficas de uma comunidade rural» in *Revista População e Sociedade*, nº 4, Porto, CEPFAM, 1998, pp. 206-210. A tipologia em causa designa-se «Configurações familiares com situações de ilegitimidade», sendo representada pelo número 6.

Subdividiram-se as configurações segundo duas categorias: sem núcleo conjugal (60 casos) e agregados alargados (27 casos) estes possuindo, evidentemente, um núcleo conjugal. A primeira categoria respeita a famílias em que não existe matrimónio ou amancebamento em qualquer das gerações. A segunda categoria - agregados alargados - contém um núcleo conjugal, mesmo que o chefe de família seja viúvo/a, neste caso 6<sub>e2</sub>. Deste núcleo conjugal e respectiva família nuclear (filhos ou filhas ambos solteiros), descendem por sua vez ilegítimos.

Em ambas as partes os agregados «sem núcleo conjugal» detêm maior relevância – 60 casos, ou seja 69% da totalidade, contrastando com os «agregados alargados» cujo peso é bastante inferior – 27 fogos, ou seja, 31%.

Em nossa opinião os agregados «sem núcleo conjugal» poderão estar relacionados com situações em que a protecção social é escassa, já que os progenitores se encontram sozinhos com os ilegítimos, isto é não contam com a presença dos pais. Torna-se óbvio que existirão sempre mães solteiras a residir com os filhos, ou até com os irmãos, pois a dada altura os seus pais morrem. Porém se numa sociedade existem mais fogos «sem núcleo conjugal» do que «agregados alargados», é sinal de que a solidariedade familiar e aceitabilidade da situação não é grande.

Aceitando esta hipótese, verificamos que no termo rural os «agregados alargados» (5,2%) não estão longe dos «agregados sem núcleo conjugal» (6,8%), ao contrário da parte urbana em que estes detêm um peso pouco relevante (2,9%). Por este motivo somos levados a pensar de que o campo convive mais facilmente as ocorrências ilegítimas<sup>14</sup>.

---

<sup>14</sup> É pertinente comparar os dados da freguesia de Santa Cruz com a freguesia da Ribeira Seca da ilha de São Jorge no mesmo ano. Esta freguesia de feição rural comportava 16,6% fogos «ilegítimos», sendo 7,2% sem «núcleo conjugal» e 9,3% respeitante a «agregados alargados». Cf. «A Ribeira Seca da Ilha de São Jorge [...]», p. 207. Futuras investigações poderão mostrar se a solidariedade familiar ligada aos fogos com situações de ilegitimidade é mais intensa em zonas rurais.

*Tipologia geral dos agregados domésticos*

Devemos esclarecer que a ilegitimidade se encontra presente em várias configurações domésticas, difíceis de contemplar na classificação que estabelecemos. Referimo-nos, por exemplo, a fogos de tipo 1 ('isolados' na classificação de Laslett) ou de tipo 6 (indeterminados na mesma tipologia). Tal como Peter Laslett, optamos por não ter presente o pessoal doméstico na classificação de um dado fogo e a explicação é simples: um criado não está ligado por laços sanguíneos e a sua presença em dada família poderá ser efémera.

Quando transpomos este pressuposto para a classificação das famílias ilegítimas, fazemos com que várias situações de bastardia não sejam contempladas; exemplifiquemos. No fogo 117 da vila reside D. Maria José (solteira) de 38 anos com Brígida de Jesus, solteira, sua criada de 62 anos, a qual tem uma neta – Francisca - com 11 anos. Vários casos similares, tanto na parte urbana como rural, poderiam ser enumerados, o que mostra que configuração ilegítima é escamoteada pela própria classificação que adoptámos.

Analiseemos outro caso, também difícil de enquadrar nas «configurações ilegítimas»: no fogo 224 da vila, a chefe de família é Joaquina Rosa de 52 anos, solteira, residindo com uma filha solteira de 33 anos, e outra casada com António Machado. Somos forçados a classificar este fogo como 'múltiplo', isto é existem duas unidades: a da mãe solteira com a filha (apesar de não existir amancebamento) e a unidade composta pela sua irmã e pelo genro. Mais uma vez é ensombrecida a ilegitimidade na tipologia que apresentámos.

\*

Após apresentarmos as configurações ilegítimas, tentemos classificar a totalidade dos fogos de Santa Cruz, segundo a tipologia de Cambridge. Para tal, optámos por colocar as mães solteiras (6a) na categoria 3e e os pais solteiros (6b) na 3f, únicas categorias que adicionámos. Os restantes fogos «sem núcleo conjugal» foram incluídos na categoria 2b de Laslett, pois não os conseguimos enquadrar em qualquer outra categoria.

Os «agregados alargados» foram transpostos para a o grupo 4b de Cambridge, «alargamentos descendentes». Na base desta opção está o

facto de não existir um segundo núcleo dentro da família, porque julgamos que não deveria existir qualquer amancebamento dentro da casa dos pais da mãe solteira. Assim o neto ilegítimo é considerado como um parente descendente, tal como um sobrinho. Vejamos os resultados.

*Quadro 6 - Agregados domésticos segundo a tipologia de Cambridge (1839)*

DESIGNAÇÃO	Campo		Vila		Total	
	Fogos	%	Fogos	%	Fogos	%
1a - Viúvos(as)	20	5,2	14	4,4	34	4,9
1b - Solteiros(as)	33	8,6	55	17,5	88	12,6
1c - Estado civil desconhecido	3	0,8	0	0,0	3	0,4
<b>Tipo 1 - Isolados</b>	<b>56</b>	<b>14,6</b>	<b>69</b>	<b>21,9</b>	<b>125</b>	<b>17,9</b>
2a - Irmãos	3	0,8	13	4,1	16	2,3
2b - Outros parentes	8	2,1	23	7,3	31	4,4
<b>Tipo 2 - Agregados não conjugais</b>	<b>11</b>	<b>2,9</b>	<b>36</b>	<b>11,4</b>	<b>47</b>	<b>6,7</b>
3a - Casal sem filhos	45	11,7	29	9,2	74	10,6
3b - Casal com filhos	172	44,8	91	28,9	263	37,6
3c - Viúvos com filhos	9	2,3	3	1,0	12	1,7
3d - Viúvas com filhos	18	4,7	18	5,7	36	5,2
3e - Mães solteiras	20	5,2	20	6,3	40	5,7
3f - Pais solteiros	1	0,3	1	0,3	2	0,3
<b>Tipo 3 - Agregados conjugais</b>	<b>265</b>	<b>63,5</b>	<b>162</b>	<b>44,8</b>	<b>427</b>	<b>61,1</b>
4a - Alargamentos ascendentes	14	3,6	15	4,8	29	4,1
4b - Alargamentos descendentes	23	6,0	9	2,9	32	4,6
4c - Alargamentos colaterais	4	1,0	5	1,6	9	1,3
4d - Combinações (4a-4c)	1	0,3	0	0,0	1	0,1
<b>Tipo 4 - Agregados alargados</b>	<b>42</b>	<b>10,9</b>	<b>29</b>	<b>9,2</b>	<b>71</b>	<b>10,2</b>
5a - Unidade secundária ascendente	0	0,0	0	0,0	0	0,0
5b - Unidade secundária descendente	4	1,0	9	2,9	13	1,9
5c - Unidade secundária lateral	0	0,0	0	0,0	0	0,0
5d - Frèreche	0	0,0	0	0,0	0	0,0
5e - Outras combinações	1	1,3	11	3,5	16	2,3
<b>Tipo 5 - Agregados múltiplos</b>	<b>5</b>	<b>1,3</b>	<b>11</b>	<b>3,5</b>	<b>16</b>	<b>2,3</b>
<b>Tipo 6 - Indeterminados</b>	<b>5</b>	<b>1,3</b>	<b>8</b>	<b>2,5</b>	<b>13</b>	<b>1,9</b>
<b>Total</b>	<b>384</b>	<b>100,0</b>	<b>315</b>	<b>100,0</b>	<b>699</b>	<b>100,0</b>

Os fogos isolados detêm um peso relativamente importante (18%), e englobam indivíduos que não possuem um enquadramento familiar em dado momento, nomeadamente os solteiros que representam 12,6% do total de fogos. Estes são na sua maioria mulheres (53)<sup>15</sup> com uma idade média de 51 anos, pelo que as podemos considerar, na sua maioria, celibatárias. Os solteiros ascendem a 35 com idêntica idade média. Existe, contudo, uma diferenciação evidente entre os dois espaços: o campo possui 14,6% de ocorrências, enquanto na vila esses fogos ascendem a 21,9%, um valor considerável de indivíduos «isolados».

Os agregados não conjugais representam 6,7% do total, detendo um peso modesto relativamente ao total. Dentro destes agregados, saliente-se a predominância dos «outros parentes» (4,4%), provenientes em parte da inclusão das categorias 6c e 6d das configurações ilegítimas nesta tipologia.

Continua a existir uma clara diferenciação entre o termo rural e a parte urbana: o primeiro apresenta uma percentagem largamente inferior (2,9), sendo reduzido o número de famílias constituídas por irmãos e por outros parentes. Ao invés a vila detêm 36 fogos nestas circunstâncias, distanciando-se largamente do campo. Em nosso entender um habitante da parte urbana poderia ter mais dificuldades em constituir família, possivelmente pelas dificuldades económicas que se interpunham à constituição de um novo lar, fazendo com que se agregasse a outros parentes, uma situação familiar pouco estável.

Os «agregados conjugais» ascendem na totalidade a 427 fogos (61%), sendo, de longe o grupo mais representativo, o que ilustra o predomínio da família nuclear, típico da maior parte da Europa ocidental desde tempos remotos. Todavia esta percentagem é empolada pelo número de mães solteiras (40), ou seja 5,7%, fazendo com que na tipologia «pura» de Laslett ascendam a 55,4%. Novamente se observa uma clara diferenciação entre as duas zonas: o campo possui uma percentagem largamente superior (63,5%), um valor normal em confronto com outras freguesias do Continente e ilhas na mesma época<sup>16</sup>, enquanto a vila apresenta um valor bastante inferior (44,8%), mesmo tendo em conta a inclusão das mães solteiras.

---

<sup>15</sup> No campo temos 30 solteiras e 25 solteiros e na vila 23 solteiras e 10 solteiros.

<sup>16</sup> Em 1839 a freguesia da Ribeira Seca da ilha de São Jorge detinha 62,9% de agregados conjugais (incluindo 25 fogos de mães solteiras), valor muito similar à parte rural de Santa Cruz. Cf. «A Ribeira Seca [...]», p. 209.

Os «agregados alargados» (categoria 4) detêm cerca de 10,2% do total de famílias, com uma aproximação entre a parte rural (10,9%) e urbana (9,2%). No entanto convém mencionar as ‘distorções’ causadas pela inclusão dos tipos  $6_{e1}$  e  $6_{e2}$  na categoria 4b. De facto a quase totalidade dos fogos 4b é constituída por famílias com configuração ilegítima. Se não contabilizássemos estes fogos a categoria 4b apenas contaria com 5 casos.

Por último mencionemos os «agregados múltiplos», a categoria 5. Estes ascendem a 16 fogos, percentagem muito modesta face ao total. Quase todos eles (13) pertencem ao sub-tipo 5b (unidade secundária descendente), em que o núcleo secundário é predominantemente de descendência feminina<sup>17</sup>, isto é a filha do chefe de família está casada e reside em casa dos pais<sup>18</sup>.

A vila apresenta um maior número de ocorrências (11), enquanto a parte rural possui apenas 5 casos. De qualquer modo, podemos concluir que a existência de famílias troncais é diminuta, reforçando o predomínio da família simples, como vimos anteriormente.

\*

Analisando o total de ambas as partes verifica-se que a maioria dos fogos assenta numa estrutura simples, atestado pela predominância de famílias de tipo 3 (61,1%). Mas existe uma percentagem elevada de fogos isolados (17,9%), ou seja, 125 indivíduos que não conseguem integração familiar numa dada altura. Em certa medida poder-se-ia dizer o mesmo para os «agregados não conjugais» que ascendem a 47 fogos, enquanto os «agregados alargados», juntamente com os «agregados múltiplos», não ultrapassam os 12,5%.

Em nosso entender os tipos 1 e 2 traduzem uma certa instabilidade familiar, na medida em que não existe um enquadramento familiar pleno. Ao invés, os fogos de tipo 4 e 5 reflectem a solidariedade da família, já que um elemento se recolhe na casa dos seus parentes. Que hipóteses terá um viúvo? Se um dos filhos se casa e constitui família pode simplesmente

---

<sup>17</sup> No campo o número de unidades descendentes por via feminina é de 4, enquanto na vila esse valor ascende a 9 fogos. Na maioria destes não se indica a profissão de chefe de família, o que nos leva a pensar que não pertenceriam à elite municipal. Em 3 casos o genro do cabeça de casal é sapateiro e num é trabalhador. Exceptua-se um fogo em que o chefe teria uma certa posição social: o fogo 223 do campo liderado por D. Maria Bettencourt, viúva, cuja filha, D. Custódia de 16 anos, estava casada com Domingos António com 31 anos de idade.

<sup>18</sup> Na maior parte dos casos o chefe de família é viúvo(a).

te integrar o pai nesse fogo, o que corresponderia a uma família de tipo 4a. Mas o viúvo poderá não ter esse enquadramento: o filho casa-se e constitui um novo lar (neolocal), deixando o pai na sua casa originária – um fogo de tipo 1a.

Face à globalidade dos dados estamos em crer que a família de Santa Cruz é predominantemente simples, mas é relativamente frágil em termos de solidariedade familiar. Tomemos o exemplo de uma freguesia rural - a Ribeira Seca da ilha de São Jorge<sup>19</sup>: no mesmo ano 62,9% dos fogos eram de tipo 3, enquanto as famílias alargadas ascendiam a 22,9%, um forte contraste com os 10,2% de fogos alargados existentes em Santa Cruz.

Será que nas zonas rurais a protecção familiar é mais visível? De facto o termo da vila engloba um número muito superior de agregados conjugais (63,5%) face aos 44,8% existentes na parte urbana. Um contraste a que não podemos ficar indiferentes. Esse excedente face à vila manifesta-se numa menor proporção de fogos de tipo 1 e 2, e não aos «agregados alargados», ou seja, à partida o termo rural parece manifestar uma menor fragilidade da família, face à parte urbana da freguesia.

São hipóteses pertinentes mas para as quais ainda não temos respostas concretas. Serão necessários estudos suportados pelos inúmeros róis de confessados, depositados na Biblioteca Pública e Arquivo de Angra do Heroísmo, cobrindo todo o grupo central nas décadas de 1830 e 1840, para termos uma visão menos rudimentar sobre a família açoriana no decurso do século XIX.

#### 4 - As profissões

Na lista nominativa de que dispomos para 1839 consta a profissão de vários chefes de família do sexo masculino, mas essa informação está longe de ser maioritária. (cf. anexo 1 – Fontes e metodologia). O escrivão do regedor anotou nos dois cadernos as profissões mais comuns, como trabalhador, sapateiro, pedreiro, marítimo, bem como as elites. Vejamos o quadro 6:

---

<sup>19</sup> *Art. e lug.*, p. 209.

*Quadro n° 6 - Profissões em Santa Cruz (1839)*

<b>Profissões</b>	<b>Vila</b>	<b>Campo</b>	<b>Total</b>	<b>%</b>
Ajudante	1	0	1	0,4
Alfaiate	2	0	2	0,8
Alferes	2	1	3	1,2
Baleeiro	1	0	1	0,4
Barbeiro	1	0	1	0,4
Capitão	3	1	4	1,6
Carpinteiro	6	2	8	3,2
Coronel	1	0	1	0,4
Coveiro	1	0	1	0,4
Ferreiro	2	0	2	0,8
Lavrador	2	2	4	1,6
Marítimo	8	0	8	3,2
“Morgado”	1	0	1	0,4
Oleiro	2	1	3	1,2
Padre	8	3	11	4,4
Pedreiro	2	2	4	1,6
Pescador	7	0	7	2,8
Piloto	0	1	1	0,4
Sapateiro	17	6	23	9,2
Sargento	1	0	1	0,4
Soldado	1	0	1	0,4
Taberneiro(1)	1	0	1	0,4
Tanoeiro	5	9	14	5,6
Tesoureiro	1	0	1	0,4
Trabalhador	30	115	145	58,2
<b>Total</b>	<b>106</b>	<b>143</b>	<b>249</b>	<b>100,0</b>

(1) Mulher

De um total de 464 fogos encabeçados por homens, apenas constam 249 referências a profissões, ou seja a omissão atinge os 46,4%, valor que não nos permite tirar conclusões seguras. A proporção de trabalhadores destaca-se no quadro com 145 indivíduos, sendo 115 da parte rural e ape-

nas 30 da parte urbana. Em nosso entender trata-se de jornaleiros, pois correspondem a 31,3% do total dos chefes de família e a sua distribuição geográfica ajuda-nos a explicar a sua profissão. O quadro 6 indica que estes ocupam uma posição maioritária – 58,2%.

O sector primário reunindo a agricultura e pescas constituía cerca de 66,2% dos indivíduos com especificação profissional, contando com uma participação esmagadora dos trabalhadores e apenas de 6% no que toca às actividades marítimas.

O sector secundário relacionado com as artes e ofícios englobava 22,4% dos indivíduos, com um contributo significativo dos sapateiros (23), tanoeiros (14) e carpinteiros (8), residindo maioritariamente no espaço urbano, sobretudo no que toca aos sapateiros e carpinteiros.

O sector terciário compreende um vasto leque de profissões, como as elites militares (12) e o corpo eclesiástico constituído por 11 elementos. É natural que muitos dos indivíduos que compõem este sector sejam os criados. Contabilizámos estas profissões na lista nominativa, não os englobando no quadro 6 por não serem chefes de família. Observemos, então o seguinte quadro:

*Quadro 7 – Distribuição dos criados e idades médias em Santa Cruz (1839)*

	<b>Campo</b>		<b>Vila</b>	
	N.º	Idade média	N.º	Idade média
Masculino	33	16,8	14	23,2
Feminino	15	25,3	20	28,1
<b>TOTAL</b>	<b>48</b>	<b>19,43</b>	<b>34</b>	<b>26,88</b>

Os criados de ambos os sexos ascendem a 82 indivíduos, com uma maior incidência no campo (48). Em nosso entender a parte rural engloba mais pessoal doméstico na medida em que tem mais população e porque os criados podem desempenhar funções na lavoura. Assim se explica que a maior parte destes sejam do sexo masculino e com uma idade média reduzida - 16,8 anos. Pelo contrário a parte urbana conta com 34 criados, sendo apenas 14 do sexo masculino. De facto na vila os criados deviam ocupar-se fundamentalmente de funções domésticas, uma vez que este era o espaço privilegiado das elites.

\*

O quadro nº 6 oculta, de facto, muita informação. Ficamos sem saber qual o peso da “classe média”, na medida em que se omitem os proprietários, lavradores e camponeses. O quadro nº 8 elaborado a partir de uma memória histórica poderá ajudar a clarificar esta questão<sup>20</sup>.

*Quadro nº 8 - Profissões no concelho de Santa Cruz (1835)*

<b>Profissão</b>	<b>Concelho</b>	<b>Sta. Cruz(1)</b>
Chefe de família ou proprietários	473	235
Não proprietários	711	353
Que vivem das rendas	263	130
Funcionários públicos	45	22
Trabalho mecânico ou industrial	852	423
Que reúnem ao seu trab. alguma renda	327	162
Mendigos fixos	4	2
Mendigos ambulantes	11	5

(1) estimativa com base na população de Santa Cruz

Este quadro possui uma interpretação própria. O autor refere em nota que os indivíduos que «vivem unicamente do seu trabalho mecânico ou industrial» podem ser negociantes, lavradores, artífices e jornaleiros. Tendo por base este pressuposto muitos indivíduos são contabilizados em mais do que uma categoria. Assim os proprietários na verdadeira acepção da palavra serão os que «vivem unicamente das suas rendas» e ascendem a 130.

Os lavradores deverão ser os «chefes de família ou proprietários», aqueles que vivem do trabalho na sua terra (235), mas que estão incluídos nos indivíduos que exercem trabalho mecânico. As categorias mais baixas correspondem a uma parcela destes últimos indivíduos – os jornaleiros, contabilizados simultaneamente nos «não proprietários» e nos trabalha-

<sup>20</sup> Félix José da Costa, *Memoria Estatística e Histórica da Ilha Graciosa*, Angra do Heroísmo, Imprensa de Joaquim José Soares, 1845, p. 52.

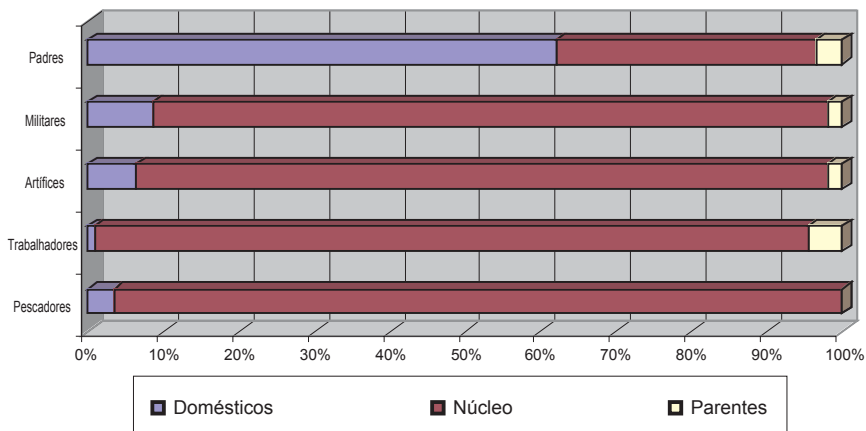
dores mecânicos ou industriais. Os camponeses poderão reunir «ao seu trabalho alguma renda ou ordenado», mas também não são incluídos nos «não proprietários», complementando, por isso, a sua subsistência.

Se aceitarmos esta interpretação verifica-se a existência de uma elite local representada pelos indivíduos que arrendam as suas terras (130) e por uma classe média numericamente aceitável de cerca de 235 lavradores (pequenos ou médios proprietários). Na base da escala social estão os camponeses e jornaleiros excedendo os 353 indivíduos.

\*

Por último tentemos caracterizar um pouco melhor as profissões enumeradas no quadro, relacionando esses chefes de família com o seu agregado. Entendemos classificar os co-residentes de cada fogo em três categorias distintas: os indivíduos pertencentes ao núcleo familiar, como seja o chefe, a mulher e filhos; os parentes, ou seja, os tios, irmãos, pais ou sogros do mesmo chefe de família, e, por último, o pessoal doméstico. Vejamos os resultados a partir das categorias sócio-profissionais mais representativas.

*Gráfico nº 9 - Composição dos agregados domésticos segundo a categoria sócio-profissional (1839)*



De acordo com este o gráfico o predomínio da família nuclear é evidente, atingindo os 68,6%. Os padres são aqueles que detêm maior número de domésticos (62%), residindo, no entanto com poucos parentes (3,4%). Muitas vezes o predomínio de domésticos pode ligar-se a situações de protecção com os mais desfavorecidos. Efectivamente em alguns fogos chefiados por padres verificámos que as criadas solteiras têm filhos. Em dois deles reparámos que o padre possui filhos.

O padre Manuel de Sousa reside na rua das Flores no fogo 153, e o padre Francisco José Machado habita no Paim (termo rural), no fogo 156. Vejamos os seus agregados:

Pe Manuel de Sousa	63	Pe Francisco José Machado	65
Doroteia Cândida, assist.	30	Francisca Rosa, criada solteira	49
Manuel, assist., filho	20	Rufina Cândida, filha deste	17
João, assist., filho	13	Maria da Luz, dita	28
Francisco, assist., filho	4	Maria, filha desta	6
		Manuel, filho	14

Tendo presente que o parentesco é dado sempre em função do chefe de família (salvo indicação em contrário), o padre Manuel de Sousa é pai de três crianças, suas assistentes. Doroteia Cândida, também ela assistente, não poderá ser mãe de todas as crianças, pois teria de ter concebido a mais velha aos dez anos o que é de todo impossível.

O segundo caso é ainda mais curioso. O padre Francisco Machado é pai de Rufina Cândida, de Maria da Luz e de Manuel. Por sua vez Maria da Luz é mãe solteira, pois concebeu Maria que aparece como «filha desta». Por outras palavras, o chefe de família reside com os seus três filhos e com uma neta. Francisca Rosa aparece como a única criada e, no fundo como a única pessoa tida por estranha nesta família.

A comunidade saberia e aceitava? Porque é que estas ocorrências não são ocultadas? Podemos suspeitar que o escrivão do regedor, o indivíduo que copiou este documento do rol da confissão, tenha sido escrupuloso nessa «cópia autentica» como é mencionado no início do documento. Mas estas são questões para as quais não temos resposta.

Os militares são a segunda categoria a possuir domésticos (8%) embora em proporções não igualáveis às do clero, tendo também um número muito limitado de parentes. O mesmo se poderia dizer para os artífices, cujas famílias apresentam composições muito idênticas às dos militares. Os trabalhadores e pescadores são aqueles que menos domésticos possuem, sendo o número de parentes nulo no caso dos marítimos e de pouca relevância estatística no caso dos trabalhadores.

Em síntese verificamos que o peso do núcleo familiar é determinante, ao contrário da presença de parentes, facto já realçado quando comentámos a tipologia de Cambridge. O pessoal doméstico constitui a única variável flexível, isto é, aumenta na relação directa da riqueza e estatuto do chefe de família.

## 5 - Conclusão

Durante o primeiro quartel do século XIX a vila de Santa Cruz conheceu um incremento populacional, entrando depois numa longa fase de estagnação. Se em 1799 era de longe a freguesia mais populosa da ilha, em 1841 a freguesia vizinha de Guadalupe reivindicava essa vantagem.

A estrutura etária é bastante jovem mas denota grandes saídas de efectivos masculinos desde meados do século XVIII, o que foi desajustando cada vez mais as relações de masculinidade e, conseqüentemente, os índices-resumo. Poderá ter sido a emigração um dos motivos que conduziu ao crescer da ilegitimidade e, conseqüentemente à presença de 88 fogos que em 1839 denunciavam esta situação.

A família de Santa Cruz era fundamentalmente simples, sendo escassos os fogos em que existiam alargamentos descendentes. Mas, como vimos, existiam claras diferenças entre a zona urbana e o seu termo. Na freguesia existia uma elite terratenente numerosa, mas a “classe média”, constituída pelos lavradores e alguns camponeses não era despiciente.

No entanto muito há por fazer. É difícil estudar-se uma freguesia sobre a qual não abundam estudos, muito menos os de natureza social. Esperamos em breve aproveitar fontes idênticas para caracterizar as restantes freguesias e, por isso, aproximar-mo-nos da ilha.

## Anexo 1 – Fontes e metodologia

### Levantamentos e recenseamentos (ordem cronológica)

**1799** - «Mappa dos Habitantes na Vila de Santa Cruz desta Ilha Gracioza no anno de 1799», Biblioteca Pública e Arquivo de Angra do Heroísmo (B.P.A.A.H.), Capitania-Geral, *População*, maço 6 (doc. avulso).

*In fine*: João Espinola Neto, vigario confirmado nesta Matriz da Villa de Santa Cruz, certefico que todo o sobredito consta do livro da desobriga quadragesimal, dos livros de baptismo, dos livros de defuntos e de huma somma que fizemos para distinguir as idades de cada huma das pessoas desta freguezia [...] Vila de Santa Cruz da Gracioza, nove de Agosto de 1800».

*Informação disponível*: discriminação de todos os residentes (incluindo as minorias) segundo o sexo e o estado civil. Distribuição etária segundo grupos decenais. O movimento da população inclui nascimentos, mortes e matrimónio segundo a mesma estrutura.

*Utilização*: Este mapa foi aproveitado para contabilizar os efectivos da vila de Santa Cruz e elaborar a sua pirâmide etária em 1799, medir a fecundidade e efectuar os índices-resumo. Estas fontes foram igualmente efectuadas para as restantes freguesias da Graciosa, pelo que o número total de habitantes da ilha foi apurado pela soma destes documentos.

**1799** – «Mappa dos habitantes que existem na ilha da Gracioza em o anno de 1799», Arquivo Histórico Ultramarino, *Açores*, cx. 30, doc. 68. Informação disponível: discriminação de todos os residentes da ilha por estados civis e grupos etários decenais. Não se indicam quaisquer movimentos populacionais.

*Utilização*: Esta fonte não nos pareceu fidedigna na medida em que, em confronto com os mapas atrás citados, existe uma diferença negativa de 740 indivíduos para a globalidade das freguesias. Apresenta, ainda, o inconveniente de não mencionar a população por freguesias, causando dificuldades no apuramento do seu rigor.

**1814** - «Mappa da população da freguezia e igreja matriz da Villa de Santa Cruz nos annos de 1813 e 1814, em conformidade da ordem de 17 de Junho de 1815, sendo-me apresentada em 18 de Julho do dito anno». *In fine*: «Villa de Santa Cruz da Graciosa, 18 de Agosto de 1815». (B.P.A.A.H., Capitania-geral, *População*, maço 6 (doc. avulso).

*Informação disponível*: discriminação de todos os residentes (incluindo as minorias) segundo o sexo e o estado civil. Distribuição etária segundo grupos decenais. Os movimentos da população não incluem a distribuição etária, isto é, são mencionados o número total de nascimentos, óbitos e matrimónios.

*Utilização*: Contabilização dos efectivos da vila de Santa Cruz, índices-resumo e níveis de fecundidade. Aproveitámos, ainda, os mapas das restantes freguesias para a indicação do volume populacional (ver anexo 2).

**1827** - «Mapa dos fogos e pessoas que há nas quatro freguesias da Ilha Graciosa». *In fine*: «Quartel da Villa de Santa Cruz da Ilha Graciosa em 10 de Agosto de 1827. Severo Bettencourt da Silva, comandante militar da Ilha». (B.P.A.A.H., Capitania-geral, *População*, maço 6 (doc. avulso).

*Informação disponível*: Discriminação dos efectivos por freguesia e sexos. Dentro de cada sexo os indivíduos distribuem-se em «menores de 18 anos» e «maiores de 18 anos», uma classificação etária compreensível para uma fonte produzida com fins militares. Indica-se, ainda, o número de fogos.

*Utilização*: A escassez de elementos relacionados com a distribuição etária apenas nos permitiu retirar informações acerca do volume da população.

**1833** - «População da Provincia Occidental dos Açores no anno de 1833». *In fine*: «Angra, 30 de Setembro de 1834». (B.P.A.A.H., Capitania-geral, *População*, maço 6 (doc. avulso).

*Informação disponível*: Trata-se de um mapa importante sobre as cinco ilhas do grupo Occidental e Central: Flores, Corvo, Graciosa, Terceira, São Jorge, Pico e Faial, mencionando-se a população por concelhos. A distribuição etária é feita segundo os escalões utilizados

nos mapas pedidos pela Capitania-geral aos párcos, segundo a lei de 2 de Agosto de 1766, que são os seguintes:

Sexo masculino: 0-7, 7-15, 15-60, 60-90, 90+; Sexo feminino: 0-7, 7-14, 14-40, 40-90, 90+.

*Utilização:* A irregularidade da estrutura etária fez com que nos servíssemos destes elementos apenas para a contagem dos efectivos pertencentes aos dois concelhos da Ilha Graciosa.

**1835** – Nota estatística da população da Ilha Graciosa em 1835. Cf. Costa, Félix, *Memoria Estatística e Historica da Ilha Graciosa*, Angra do Heroísmo, Imprensa de Joaquim José Soares, 1845, p. 51.

*Informação disponível:* Indicação dos efectivos por concelho. Divisão por sexos e estados civis, sem, no entanto, se distinguirem as idades. Indicação do total de fogos por jurisdição.

*Utilização:* Contabilização dos efectivos por jurisdição e ilha. Reconstituimos a população das freguesias de Santa Cruz e Guadalupe através das médias dos mapas de 1839 e 1841.

**1838-1839** – *Registos paroquiais da freguesia de Santa Cruz:*

- *Livro de registo de baptismos (1834-1840)*. Utilização: Contagem e estudo dos nascimentos legítimos, ilegítimos e expostos.

- *Livro de registo de casamentos (1822-1844)*. Utilização: Contagem e estudo dos matrimónios, idades, profissões e filiação dos nubentes.

- *Livro de registo de óbitos (1833-1841)*. Utilização: Contagem das mortes tendo presente a idade de falecimento de cada indivíduo. Segundo este procedimento foi possível contruir uma tábua de mortalidade dos habitantes de Santa Cruz (Ver anexo 5).

(B.P.A.A.H., *Registos paroquiais*, Freguesia de Santa Cruz da Ilha Graciosa).

**1839** (1) - «Rol da Villa de Santa Cruz - Copia autentica extraída fielmente do rol da confissão da Parochia de Santa Cruz da Ilha Graciosa do anno de 1839 para cumprimento da circular nº 59 data de 26 de Abril da era supra, cuja vai na folha seguinte»; «Rol dos Campos da Parochia de Santa Cruz».

*In fine* (Rol dos campos): Conferi com os próprios cadernos dos assentos das confissões, o primeiro pertencente à Villa de Santa Cruz e o segundo aos Montes da mesma Villa para o presente anno de 1839, cuja cópia contem o número total de settecentos e quatro fogos [...] Santa Cruz da Graciosa, 25 de Maio de 1839. António Gusmão, escrivão do Regedor a escrevi». (B.P.A.A.H., *Governo Civil*, Mapas de população (S. Miguel, Terceira, São Jorge, Graciosa – 1808/1841), doc. avulso.

*Informação disponível*: relação de todos os indivíduos da paróquia por famílias, com indicação de idades, estado civil e profissão de alguns chefes de família e pessoal doméstico. Indicam-se as ruas (vila) e localidades (campo). A relação dos coresidentes é dada sempre em função do chefe de família. No fim do documento indicam-se os indivíduos com residência não fixa.

Esta fonte é bastante completa, constituindo um verdadeiro recenseamento de todos os fregueseses, contrastando com o «rol de confissão» (2) que esteve na base da sua elaboração.

Tivemos oportunidade de consultar este rol, incluído na secção dos registos paroquiais. (B.P.A.A.H., *Registos paroquiais*, Freguesia de Santa Cruz, Desobrigas da Matriz da Vila de Santa Cruz, *Livro das Desobrigas da matriz da Vila de Santa Cruz (1836-1849)*, fls. 61-80v. Verificámos que este documento, servindo de suporte ao anterior, contém menos informação, ou seja, não discrimina a população menor de confissão (0-7), nem as idades dos residentes. O regedor do escrivão terá por isso indagado aos residentes acerca dos filhos menores de 7 anos, bem como todas as idades.

*Utilização*(1): A riqueza informativa deste documento permitiu contabilizar a população, diferenciando-a entre urbana e rural, conhecendo-se, igualmente os seus estados civis e estrutura etária, o que permitiu elaborar uma pirâmide etária muito detalhada. A medição da fecundidade foi efectuada com bastante rigor, já que se indicavam todas as idades e os estados civis. A qualidade desta lista de residentes é de excelente qualidade, já que o *índice de Whipple*, destinando a medir a atracção pelas idades se cifrou em 98.

A indicação dos grupos domésticos permitiu a classificação dos agregados segundo uma tipologia de «configurações domésticas ilegítimas» e, naturalmente, a tipologia de Cambridge, tendo-se ainda presente as profissões dos chefes de família.

- 1841** - «*Mapa estatístico da freguesia de Santa Cruz no ano de 1841*». (B.P.A.A.H., Governo Civil, *Mapas de população (S. Miguel, Terceira, São Jorge, Graciosa – 1808/1841)*, doc. avulso.  
*Informação disponível*: número de indivíduos de ambos os sexos distribuídos entre «menores de sete anos» e «maiores de sete anos», total de nascimentos, óbitos e matrimónio. Indica-se, também, o total de fogos.  
*Utilização*: Volume populacional de Santa Cruz e ilha tendo em conta a existência de idênticos documentos para as restantes freguesias.
- 1844** - «População no ano de 1844». Cf. Costa, Félix, *Memoria Estatística e Historica da Ilha Graciosa*, Angra do Heroísmo, Imprensa de Joaquim José Soares, 1845, p. 50.  
*Informação disponível*: número de efectivos em cada freguesia com indicação dos sexos. Indica-se igualmente o total de fogos por freguesia.  
*Utilização*: Volume populacional para toda a ilha.
- 1849-1850** - «Mappa estatístico da População e seu movimento na freguezia de Santa Cruz em 1849» e «Mappa estatístico da População e seu movimento na freguezia de Santa Cruz em 1850». (B.P.A.A.H., Governo Civil, *Mapas de População do distrito de Angra do Heroísmo (1839/1851)*, docs. avulsos.  
*Informação disponível*: Efectivos de ambos os sexos distribuídos segundo os seguintes escalões etários: infância (0-7), puerícia (7-15), virilidade (25-60), velhice (60-70); caducidade (70-80) e decrepitude (de 80 até à morte). Discriminam-se o total dos movimentos da população. No verso do documento são enumerados as aldeias, lugares, casais e sítios da freguesia.  
*Utilização*: Volume populacional de Santa Cruz e demais freguesias, índices-resumo e medição de fecundidade. Esta foi calculada a partir do escalonamento dos efectivos femininos segundo a lista de residentes de 1839.



ANEXO 3  
 Mapa estatístico da freguesia de Santa Cruz da Ilha Graciosa (1814)

Idades	População														Casamentos		Nascimentos		Mortes		
	Branços						Muitatos						Pretos		SOMA		Branços		Branços		
	Homens			Mulheres			Homens			Mulheres			Homens		Mulheres		Homens		Mulheres		
	Solteiros	Casados	Vívos	Solteiras	Casadas	Vívas	Solteiros	Casados	Vívos	Solteiras	Casadas	Vívas	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	
De 0 a 5	170			140												170	140				7
De 5 a 10	113			140												113	140				
De 10 a 20	225			244												226	245				
De 20 a 30	91	40		147	55		1									132	202				
De 30 a 40	30	75		102	85	2			1							105	190				
De 40 a 50	16	85	3	83	100	12										104	195				
De 50 a 60	17	74	6	61	64	18										97	144				
De 60 a 70	12	70	10	34	47	27						1				93	108				
De 70 a 80	4	16	20	10	14	28						1				41	52				
De 80 a 90		6	4	6	2	8										10	16				
De 90 a 100																0	0				
Soma das Parceias	678	366	43	967	367	95		3	1												
Percentagem (%)	60,70	32,77	3,85	67,5	25,6	6,6		100,0	100,0							33,3	66,7	21			
Soma das Classes		1087			1429		3		1			3				2523					
Percentagem (%)		43,08			56,64		0,12		0,04			0,12				100,0					

## ANEXO 4

## Mapa estatístico da freguesia de Santa Cruz da Ilha Graciosa (1839)

IDADES	Campo		Vila		Totais		
	H	M	H	M	Total H	Total F	R.Masc. %
0-4	70	88	68	67	138	155	89.0
5-9	119	82	91	72	210	154	136.4
10-14	84	92	67	74	151	166	91.0
15-19	58	64	45	59	103	123	83.7
20-24	22	60	24	48	46	108	42.6
25-29	22	45	9	45	31	90	34.4
30-34	32	61	23	47	55	108	50.9
35-39	43	54	37	54	80	108	74.1
40-44	41	48	28	49	69	97	71.1
45-49	32	53	28	43	60	96	62.5
50-54	27	33	37	38	64	71	90.1
55-59	24	30	14	28	38	58	65.5
60-64	18	32	16	29	34	61	55.7
65-69	19	30	10	31	29	61	47.5
70-74	19	25	7	22	26	47	55.3
75-79	22	7	14	7	36	14	257.1
80+	7	12	3	10	10	22	45.5
<b>TOTAL</b>	<b>659</b>	<b>816</b>	<b>521</b>	<b>723</b>	<b>1180</b>	<b>1539</b>	<b>76.7</b>

ANEXO 5  
Tábua de mortalidade da freguesia de Santa Cruz da Ilha Graciosa (1838-1839)

Idades	Mortes	Pop.	mmx	nqx	npq	lx	ndx	nLx	nPx	Tx	ex
0	15	180	0.083333	0.08000	0.92000	1000	80	932	0.007997333	38196	38.20
1	15	276	0.05435	0.19608	0.80392	920	180	3067	0.013193226	37264	40.50
5	8	420	0.01905	0.09091	0.90909	740	67	3530	0.013728398	34197	46.24
10	1	302	0.00331	0.01642	0.98358	672	11	3334	0.013049489	30667	45.61
15	3	206	0.01456	0.07026	0.92974	661	46	3190	0.012366989	27333	41.33
20	1	92	0.01087	0.05291	0.94709	615	33	2993	0.011809345	24142	39.26
25	0	62	0.00000	0.00000	1.00000	582	0	2912	0.011646682	21149	36.32
30	0	110	0.00000	0.00000	1.00000	582	0	2912	0.011557092	18238	31.32
35	1	160	0.00625	0.03077	0.96923	582	18	2867	0.011086976	15326	26.32
40	3	138	0.02174	0.10309	0.89691	564	58	2677	0.010213022	12459	22.07
45	2	120	0.01667	0.08000	0.92000	506	40	2430	0.009179617	9782	19.32
50	4	128	0.03125	0.14493	0.85507	466	67	2160	0.007944459	7352	15.79
55	3	76	0.03947	0.17964	0.82036	398	72	1812	0.006384294	5193	13.04
60	5	68	0.07353	0.31056	0.68944	327	101	1380	0.004754116	3380	10.35
65	3	58	0.05172	0.22901	0.77099	225	52	997	0.003206554	2000	8.88
70	9	52	0.17308	0.60403	0.39597	174	105	606	0.001781166	1003	5.78
75	6	72	0.08333	0.34483	0.65517	69	24	285	0.000794331	397	5.78
80+	6	20	0.30000	1.00000	0.00000	45		113		113	2.50

NOTA: Coeficientes e ponderadores com base em Joaquim M. Nazareth, *Introdução à Demografia. Teoria e Prática*. Lisboa, Presença, 1997, pp. 141-144.

## ANEXO 6

## Povoamento da freguesia de Santa Cruz da Ilha Graciosa (1839)

	<b>LOCALIDADES</b>	<b>Fogos</b>	<b>Indivíduos</b>	<b>I.C.</b>
<b>CAMPO</b>	Abades	6	17	2.8
	Bairro	14	59	4.2
	Calhau Miúdo	24	87	3.6
	Can. Terra do Conde	30	126	4.2
	Can. Jesus	4	16	4.0
	Covas	38	137	3.6
	Da Cruz ao Bairro	36	112	3.1
	Figueiras à Vila	11	33	3.0
	Jesus à Cruz	29	110	3.8
	Figueiras	12	46	3.8
	Fontes	73	305	4.2
	Funchal	26	104	4.0
	Paim aos Abades	24	85	3.5
	Quitadouro	15	46	3.1
	Rebentão	42	163	3.9
	<b>TOTAL DO CAMPO</b>	<b>384</b>	<b>1446</b>	<b>3.8</b>
	<b>VILA</b>	Arrabalde	18	71
Barro Vermelho		1	4	4.0
Corpo Santo		47	155	3.3
Coval		21	90	4.3
Pé do Pico		11	36	3.3
Rua da Misericórdia		3	24	8.0
Rua das Flores		17	55	3.2
Rua de Cima		8	25	3.1
Rua Direira		18	78	4.3
Rua do Bosqueirão		26	109	4.2
Rua do Canto		6	28	4.7
Rua do Furacão		18	50	2.8
Rua do Golião		23	62	2.7
Rua do Paúl		36	121	3.4
Rua do Porto		36	153	4.3
Rua do Saco		16	72	4.5
Rua do Valverde		3	17	5.7
Rua Nova		6	14	2.3
«Hospital»		1	3	3.0
<b>TOTAL DA VILA</b>		<b>315</b>	<b>1167</b>	<b>3.7</b>
<b>FREGUESIA</b>	<b>699</b>	<b>2613</b>	<b>3.7</b>	

